CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2024 ANO-BASE 2023

Araucária Nitrogenados S.A.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	4
IDENTIFICAÇÃO GERAL	5
QUEM SOMOS	6
NOSSAS PRINCIPAIS ATIVIDADES	6
INTERESSE PÚBLICO	7
GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	8
FATORES DE RISCOS	9
SISTEMA DE INTEGRIDADE	10
PRINCIPAIS RESULTADOS	12
GOVERNANÇA CORPORATIVA	13
REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	14

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., dando continuidade ao seu plano de negócios atuou em 2023 na gestão dos contratos que garantiram a integridade dos equipamentos e das instalações, bem como na gestão das ações planejadas para o ano, otimizando processos e cumprindo compromissos pactuados durante o processo de hibernação.

Em 31/05/2023, conforme Comunicado ao Mercado, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a revisão dos elementos estratégicos para o seu Plano Estratégico 2024-2028+, sendo a nova Visão da Petrobras: "Ser a melhor empresa diversificada e integrada de energia na geração de valor, construindo um mundo mais sustentável, conciliando o foco em óleo e gás com a diversificação em negócios de baixo carbono (inclusive produtos petroquímicos e fertilizantes), sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas

Em 23/11/2023, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2024-2028+, sendo o posicionamento da Petrobras de retorno ao segmento de fertilizantes, com referência explícita à retomada da operação da ANSA.

Em 06 de junho de 2024, membros Diretoria Executiva da Petrobras aprovou o retorno das atividades operacionais da ANSA incluindo a realização das contratações de serviços de manutenção e materiais críticos necessários à retomada e a contratação de ex-empregados das funções consideradas imprescindíveis para a operação, mediante acordo homologado no TST.

Neste sentido, a atuação da ANSA no exercício de 2024 estará focada em conduzir todas as atividades necessárias para a sua retomada.

Diretoria Executiva da Araucária Nitrogenados S.A.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Em conformidade com o artigo 8°, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016; a Diretoria Executiva subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da ANSA referente ao exercício social de 2023.

CNPJ 12.984.254/0001-70 e NIRE 33.3.0030.993-4

Sede: Avenida República do Chile 65, sala 1401, Rio de Janeiro – RJ.

Tipo de estatal: subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Acionista controlador: Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS

Tipo societário: sociedade anônima

Tipo de capital: capital fechado

Abrangência de atuação: regional/nacional

Setor de atuação: fabricação e comercialização de fertilizantes, produtos químicos produzidos a partir do petróleo, gás natural e seus derivados e matérias-primas dos produtos mencionados, bem como as atividades decorrentes do desenvolvimento da produção, industrialização e comercialização destes produtos.

Auditores Independentes atuais da empresa: KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/0-6-F-RJ, 55(21)2207-9400 – www.kpmg.com.br

Diretores Executivos subscritores

Diretor Presidente: Felipe Leonardo Gomes

e-mail: felipegomes@petrobras.com.br CPF: 028.296.686-26

Telefone: (41) 3641-2708

Diretor Administrativo e Jurídico: Alessandro Moisés Serrano

e-mail: alessandro.serrano@petrobras.com.br CPF: 265.511.098-61

Telefone: (41) 3641-2012

Diretor Financeiro: Felipe Leonardo Gomes

e-mail: felipegomes@petrobras.com.br CPF: 028.296.686-26

Telefone: (41) 3641-2708

Conselho Fiscal

Ana Claudia Medeiros Borges – Presidente do Conselho Fiscal

Luciana Janaina Fagundes – Conselheiro Fiscal

Fabricio Stobienia de Lima – Conselheiro Fiscal

QUEM SOMOS

omos uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, vinculada à Diretoria de Processos Industriais e Produtos, cujo objeto social é I) a fabricação de fertilizantes, produtos químicos produzidos a partir do petróleo, gás natural e seus derivados e matérias-primas dos produtos mencionados bem como as atividades decorrentes do desenvolvimento da produção e industrialização destes produtos; II) a comercialização dos produtos descritos acima, fabricados, ou não, pela Companhia ou deles derivados, bem como o transporte, exportação, importação e o agenciamento; III) o exercício das atividades correlatas ou decorrentes do desenvolvimento da atividade da Companhia, bem como de outras atividades no país ou no exterior, que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação e a prestação de serviços de qualquer natureza; e IV) a participação, sob qualquer modalidade, em outras sociedades empresárias ou simples, consórcios ou entidades, nacionais ou estrangeiras.

Desenvolveu sua gestão baseada nos seguintes valores: (i) Cuidado com as pessoas; (ii) Integridade; (iii) Sustentabilidade; (iv) Inovação; e (v) Comprometimento com a Petrobras e com o país.

Nossa Estratégia

No ano de 2023, a Companhia manteve a condução dos negócios conforme planejamento aprovado por sua acionista única, em especial a manutenção do parque fabril hibernado em condição segura.

A Companhia ainda atuou subsidiando sua acionista com o levantamento de informações necessárias aos estudos de viabilidade técnica e econômica para retomada da produção de fertilizantes, conduzido pela sua Controladora

NOSSAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

ANSA, quando em operação, tem como finalidade a fabricação e comercialização de fertilizantes, produtos químicos produzidos a partir do petróleo, gás natural e seus derivados e matérias-primas dos produtos mencionados, bem como atividades decorrentes do desenvolvimento da produção, industrialização e comercialização destes produtos.

Desde janeiro de 2020, a fábrica não está em produção e mantém sua unidade sob conservação, seguindo os padrões de segurança e manutenção, atendendo as orientações do que foi aprovado pela Diretoria Executiva de sua Controladora.

INTERESSE PÚBLICO

ANSA poderá ter suas atividades orientadas pela Petrobras, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a autorização para sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da ANSA e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8°, §2°, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela Companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade desses instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

ANSA tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos locais em que atua. Na prática organizacional são utilizados controles internos que suportam as atividades e procedimentos adotados dentro da companhia, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e a confiabilidade das informações financeiras, e promover a aderência à legislação e às políticas definidas pela Administração, com o objetivo de mitigar riscos e evitar desvios e falhas.

A ANSA utiliza o compartilhamento da estrutura da Controladora, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 8.945/2016, em relação ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Comitê de Elegibilidade, à Auditoria Interna, ao Gerenciamento de Riscos e à Conformidade, onde são adotadas as mesmas regras de funcionamento e atribuições da Petrobras para cada uma dessas áreas.

Nossos controles internos

Na ANSA, os controles internos para mitigação dos riscos de conformidade, em especial os relacionados aos de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são reforçados pela adoção e monitoramento de sua matriz de riscos empresariais, além da constante divulgação e aplicação das diretrizes que compõem o Código de Conduta Ética e o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), integralmente adotados pela nossa companhia.

Destaca-se, ainda, que os controles internos contábil-financeiros afetos à ANSA são executados pelas equipes da Controladora, notadamente os relativos à gestão tributária, controles de tesouraria e aplicações financeiras, impairment e elaboração das demonstrações financeiras.

A ANSA monitora e ajusta deficiências relacionadas aos seus controles internos apontadas pelos auditores independentes, bem como se submete periodicamente ao monitoramento e avaliação da qualidade e integridade dos mecanismos de controle e conformidade, por parte de um Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras, órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Controladora.

Auditoria Interna

A ANSA utiliza a área de Auditoria Interna da Petrobras, que é responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos, através de auditagens como parte de seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, além de testes executados de forma independente em relação às áreas de gestão de negócios.

Os benefícios decorrentes da Auditoria Interna são mensurados a partir dos planos de ação definidos para remediação dos achados de auditoria, que visam a mitigação de riscos, o aperfeiçoamento da governança e dos controles e processos corporativos.

FATORES DE RISCOS

identificação, avaliação e tratamento dos riscos é realizada pela empresa com o apoio da área corporativa de sua Controladora. Em 2023, alinhada ao cenário de hibernação, e após análise do Comitê de Auditoria Estatutário de Conglomerado (CAECO), a empresa revisou a Matriz de Riscos, com apoio da área gestora, identificando os principais riscos, seu grau de severidade, baseado em impacto e probabilidade com um plano de ação para mitigação. Periodicamente, os riscos e seu plano de ação são revistos permitindo a adequação de acordo com o contexto e sua estratégia.

O negócio está associado a certos riscos empresariais, os quais são classificados, de acordo com a política e matriz de riscos, em dois agrupamentos: (a) operacional, (b) conformidade, legal e regulatório.

São categorizados como riscos operacionais as situações de roubo e vandalismo, uma vez que a empresa não está em atividade, o fluxo de pessoas é muito baixo e suas instalações se tornam alvo de furtos e roubos decorrente de invasão, podendo resultar em perdas materiais e/ou violência física.

Para mitigá-los são adotados mecanismos voltados à segurança patrimonial e sistemas de monitoramento constantes nas instalações por empresa especializada, reduzindo assim drasticamente o referido risco.

Outro risco atrelado ao negócio é o risco de passivos trabalhistas, categorizado como risco de conformidade, legal e regulatório, oriundos de questionamentos judiciais, por parte de exempregados.

Para reduzir o impacto desse risco no negócio, a empresa realizou acordo de dispensa coletiva com pagamento de indenização e celebração de termo de quitação das obrigações trabalhistas. Além disso, a empresa conta com o apoio jurídico especializado para a gestão das causas trabalhistas ajuizadas.

SISTEMA DE INTEGRIDADE



seguir, estão os nossos principais instrumentos relacionados ao nosso sistema de integridade e à prevenção da corrupção.

Código de Conduta Ética

Possuímos políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, a exemplo do Código de Conduta Ética adotado integralmente de sua Controladora. Esses documentos se aplicam aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, os empregados cedidos e os prestadores de serviços da empresa, constituindo compromisso individual e coletivo cumpri-lo, além de promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva e nas suas relações com as partes interessadas. Neste sentido, a adoção integral e revisão desses normativos na ANSA foram objeto de deliberação pela Diretoria Executiva da Companhia.

Guia de Conduta Ética para os Fornecedores

A ANSA faz expressa referência aos documentos de ética quando das contratações de fornecedores de bens e serviços, requerendo destes o cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta pelos seus empregados.

Política de Compliance e Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

Todos os empregados cedidos e terceirizados, gestores da companhia, incluindo os membros da alta administração foram treinados no Código de Conduta Ética, bem como receberam treinamento sobre o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), um programa de compliance com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, sendo que aqueles que descumprirem qualquer item dos documentos citados acima, estão submetidos a aplicação de sanções disciplinares.

Canal de Denúncia

Fazemos uso de um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, voltado para os públicos interno e externo, disponibilizado pela nossa Controladora, nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, nos 365 dias do ano. O serviço é operado por empresa independente e especializada, assegurando o encaminhamento de todas as denúncias recebidas, e podendo ser acessado pela internet ou pelo telefone, garantindo o anonimato dos denunciantes que optem por não se identificar.

O teor de cada denúncia determina a área da companhia responsável pela sua apuração. Isso possibilita ter rapidamente noção das denúncias mais importantes e que podem causar maior

impacto nos negócios da empresa, caso o relato seja procedente. Só então elas são encaminhadas para uma área criada especialmente para essa finalidade pela Petrobras, a INC – Integridade Corporativa. As denúncias classificadas no maior nível de risco recebem um monitoramento específico e destaque nos reportes à alta administração.

A denúncia pode ser realizada via internet no site: https://www.contatoseguro.com.br/petrobras ou por telefone: ligação gratuita para 0800 601 6925. O IP do computador ou o número do telefone não será identificado em nenhuma hipótese.

Os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis (como estado de saúde, origem racial e étnica, afiliação religiosa e política, entre outros) eventualmente coletados na denúncia serão utilizados unicamente para o tratamento e a apuração dos fatos denunciados conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

impostos.

ANSA apresentou prejuízo líquido de R\$6.283 mil em 2023, decorrentes principalmente dos gastos com a manutenção da planta de fertilizantes hibernada e demais instalações adjacentes, parcialmente compensados pelo impacto positivo das receitas financeiras sobre o montante da aplicação no FDIC e o reconhecimento da atualização monetária de

Volumes vendidos

Decorrente da decisão de hibernação da fábrica, com a consequente paralisação das atividades produtivas e de comercialização, é possível observar que após 2020, quando foram vendidos os estoques remanescentes, a empresa não comercializou nenhum produto.

Resultado líquido - R\$ milhões

O resultado líquido de 2023 foi negativo, motivado pela ausência de receitas operacionais, visto que a ANSA não se encontra operacional e necessita atender seu plano de hibernação e demais compromissos inerentes às suas atividades cotidianas de uma empresa ativa.

Receita Líquida – R\$ milhões

Em 2023 não obtivemos receita de vendas devido à paralisação das atividades comerciais e produtivas da empresa.

Indicadores Estratégicos e Metas

Em 2023 a ANSA cumpriu as metas negociadas e aprovadas, tendo alcançado o percentual de 99,37% no ICPH - Índice de Cumprimento do Plano de Hibernação e R\$ 13,5 milhões negativos no Indicador FCO - Fluxo de Caixa Operacional, considerando todos os custos de manutenção e dos serviços para a continuidade da hibernação de forma segura e garantindo a integridade dos seus equipamentos. Para o ano de 2024, as metas negociadas são de no mínimo 99% de Índice de Cumprimento do Plano de Hibernação do Equipamentos e R\$ 36,7 milhões negativos no Fluxo de Caixa Operacional.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nossa estrutura de governança

Nossa estrutura de governança corporativa é composta pelos órgãos estatutários: Assembleia Geral, Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO), Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral tem assessoramento do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, que é compartilhado com o Acionista Controlador.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão dos negócios da companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral. É composta pelo Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Jurídico e Diretor Financeiro, todos eleitos pela Assembleia Geral para um prazo de gestão unificado de até dois anos sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva atuam individualmente, nas atividades das suas respectivas áreas de contato, nos termos de suas atribuições previstas no Estatuto Social, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Nosso Conselho Fiscal é constituído por três membros, além de três suplentes eleitos pela Assembleia Geral, por um mandato de até dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Tem como objetivo verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários. A função fiscalizadora não se limita a verificar a legalidade dos atos, mas envolve todo o nível necessário de informação para salvaguardar o interesse do controlador sem, contudo, interferir na própria administração, mantendo independência com relação a quaisquer outros órgãos da ANSA.

Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO)

O Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO) foi criado para atender aos requisitos da Lei nº 13.303/16, que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do Conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria local.

Todos os membros participam do treinamento obrigatório disponibilizado para administradores e membros do Conselho Fiscal (CF) das Sociedades do Conglomerado Petrobras, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16. A capacitação prevê temas relacionados ao exercício de suas atividades, proporcionando uma visão sobre modelo de governança, processo decisório, aspectos legais, cultura de integridade, administração das estatais, entre outros assuntos de interesse da empresa.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

s membros da Diretoria Executiva são empregados da Petrobras e renunciaram à remuneração pelo desempenho das atividades de direção na ANSA no ano de 2023. A remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos conselheiros de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais. O honorário mensal de cada membro do Conselho Fiscal equivale a 10% da remuneração mensal média aprovada para os membros da Diretoria Executiva da empresa.

Anualmente os Administradores e membros do Conselho Fiscal participam do processo de Avaliação de Desempenho, individual e coletiva, em observância aos seguintes quesitos mínimos estabelecidos na Lei nº 13.303/16: (a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa (b) contribuição para o resultado do exercício e (c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

A metodologia utilizada é baseada nos modelos de avaliação disponibilizados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais – SEST, customizados às peculiaridades da sociedade, observando-se os quesitos previstos na legislação em vigor. Tal metodologia é submetida ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, uma vez que o referido órgão, na forma do art. 21, III do Decreto 8.945/16, é responsável por verificar a conformidade do processo de Avaliação de Desempenho.

Composição e experiência profissional da Administração

A descrição da experiência profissional de nossa Administração encontra-se disponível no site https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/.

